

irma individual do contestante está a alegação mais de dois anos não ocorrência. O contestante recebeu a defesa passar nos termos do artigo citado Decreto-lei, intitulado dispositivo esclarece que pode conceder ao alegue matéria relevante de cinco dias para a defesa. A matéria relevante na defesa, pelo art. 4º, inciso II, do exercício de mais de dois anos, documento hábil do comércio, o qual não contra a prova de anterior ao ato registrado, entretanto, já plenamente esclarecida nessa certidão de fls. pela Junta Comercial que afirma estar em registro da firma individual. Provado o comércio da firma individual, desaparece o obstáculo da falência, permitido dispositivo. Qualquer matéria relevante não ir concessão de ser provada. Isto considerando que prescreve o Decreto-lei n. 7.661, de 1945 (Lei de Fazenda), considera-se falido o que, sem revelante risco, não paga no vencimento líquida constante e legítima a ação, considerando que pelo disposto III do art. 9º da credor civil é admitido a falência de seu devendo, com fundamento se este lhes faltou com de alguma obrigação considerando que o credor provou a inscrição de no registro de comércio; que os títulos legítima execução estão assentados de certões de prazo que caracterizam a importunidade, sendo este comércio de que a inicial indicação dos documentos à decretação da firma vedadora; consigne que não consta dos autos a falência da firma que Filho, estabelecida, com o comércio de fixando o termo legal da data de 14 de julho corrente seja, re retragido, agindo sessenta dias à protesto dos títulos creditórios. Nomeio síndico da a credor Dr. Dioran Araújo, residente e desta Capital, que, aceitação, prestará o compromisso. De conformidade 80º da citada lei, marco vinte (20) dias para os apresentarem as declarações documentais justificativas. Cumprase o art. 15, números trânsitos 2.º, o art. 16º único, tudo do art. 1º da lei n. 7.661, de 21 de setembro de 1945. Cestas na forma de que se intime-se e responda.

Elcival Ramos Caiado, brasileiros, casados, advogados, residentes e domiciliados nesta cidade, foram depositados neste Cartório o memorial descritivo, planta, e demais documentos referentes ao Loteamento denominado BAIRRO ALVORADA, deste município, de sua propriedade, situado na parte nordeste da cidade, distando 2.500 metros da estação ferroviária, projetado em uma parte de terras que pertenceu ao imóvel denominado BOA VISTA, com a área de 200.036,033 m<sup>2</sup>, assim distribuída: Escolas: 1.553,50 m<sup>2</sup>; Utilidade Pública Municipal: 2.151,00 m<sup>2</sup>; Correio: 404,75,00 m<sup>2</sup>; Lotes comerciais e residenciais: 117.391,98 m<sup>2</sup>. Avenida, ruas e praças: 75.524,80 m<sup>2</sup>. O terreno dos seguintes limites: "Partindo do marco cravado no canto da cerca de arame próximo ao mata-burro (velho) daí, segue confrontando com Antonio Pereira da Mota, em rumo 70°30' SE, a distância de 13 metros, até o marco B, daí, ido no canto da cerca de arame, dia em rumo 51°21'09" a 176,15 metros, confrontando ainda com Antonio Pereira da Mota, até o marco C, daí, em rumo 51°13'18" NE, a 148,39 metros, até o marco D, cravado junto a cerca de arame; daí, em rumo 44°10'33" NE a 443,30 metros, confrontando com o loteamento Boa Vista, até o marco E; daí, em rumo 53°19'36" SW, a 500,84 m, confrontando com loteamento Boa Vista, daí, em rumo 50°05'45" SW 30,21 m, confrontando ainda, com o loteamento Boa Vista, até o marco F; daí, em rumo 32°32'53" a 29 m, até o ponto de partida. O Imóvel era loteado, foi adquirido por compra feita a Joaquim Vieira da Silva e sua mulher, conforme escritura transcrita sob n. 21.665, fls. 117, do livro 3-X deste Registro Imobiliário. As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados, deverão ser apresentadas neste Cartório, dentro do prazo de trinta dias, a contar da terceira e última publicação do presente edital no "Diário da Justiça" do Estado. Findo o prazo, e não havendo impugnação ou dúvida neste Cartório, será efetuada a transcrição do memorial no livro próprio, como determina a lei.

Anápolis, 22 de junho de 1963.  
Sub-Oficial — José Jayme.

(2-1)

af, com o corredor da estrada Carreira. Decorridos trinta (30) dias da última publicação do presente edital no "Diário Oficial" do Estado, publicado três vezes, e na ausência de qualquer impugnação de terceiros, ou deste Ofício, proceder-se-á ao competente registro de que trata o artigo 2º § 1º daquele decreto. Este edital deverá ser publicado uma vez em um outro jornal qualquer de grande circulação no Estado. Dado o passado nesta cidade de Jataí, aos 2º de dezembro e mil novecentos e sessenta e três (1963). Eu, Rubens B. Martins Vieira — Oficial do Registro de Imóveis, datilografiei, subscrevi e assinei.

Rubens B. Martins Vieira — Oficial do Registro.

CERTIDÃO — Certifico e dou fé de haver afixado uma via do presente edital à Porta do meu Cartório, no Edifício do Forum local, nesta data.

Jataí, 2 de dezembro de 1963.

Rubens B. Martins Vieira — Oficial do Registro de Imóveis.

(3-1)

## COMARCA DE GOIÂNIA

### "EDITAL DE LOTEAMENTO"

Registro de Imóveis da 2a. Circunscrição desta Capital. Cartório do 2º Ofício de Registro Geral de Imóveis

Rua José Hermano, nº 914

### CAMPINAS GOIANIA

WALDIR SAMPAIO, Oficial Substituto do Registro Geral de Imóveis da 2a. Circunscrição de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, República dos Estados Unidos do Brasil, na forma da lei, etc.

FAZ público para conhecimento dos interessados, que foram apresentados em seu cartório, pelos senhores Otávio Tavares de Moraes Filho e Irmãos, brasileiros, casados, proprietários, residentes e domiciliados nesta Capital, para exame dos interessados, que, na conformidade do Decreto-Lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, regulamentado pelo Decreto número "3.079", de 15 de setembro de 1938, o Memorial, demais documentos e papéis relativos à venda de lotes, que compreendem o imóvel denominado "Vila João Vaz" situado na margem do Ribeirão Anicuns, limitando-se com o Espigão Caveiras-Anicuns, terras dos sucessores dos Pes. Redentoristas, terras do Matinho e Vila Capuava, sendo a área ocupada de 70hec. 96a. e 27,54 ca., dentro dos seguintes limites e confrontações: "Começa no marco cravado à margem esquerda do Ribeirão Anicuns, próximo à ponte de madeira sobre este Ribeirão, na parte inferior, ponte esta que serve à estrada Carreira que demanda para o Córrego Caveiras. Daí, segue pela cerca de arame que margeia a Estrada Carreira, na parte de cima do corte da estrada, até completar a distância de 159,50 m., que é o ponto confinante do corte; daí segue o rumo 20°55'NWM e dis-

SEM e dist. de 456,00m, pelo lado da rua da Divisa.

Dai, dividindo com terras proprietários, segue o rumo 0° 33' SWM e distância de 85,00 m; dai, segue o rumo 89°01'27" NW e distância de 67,50 m; dai, segue o rumo 0°58'33" SEM e distância de 75,00 m; dai, segue o rumo 89°01'27" NWM e distância 135,00 m; dai, segue o rumo 0° 33' SWM e distância de 137,50 m; dai, segue o rumo 89°01'27" NW e distância de 75,00 m; dai, segue o rumo 0°58'33" SWM e distância de 76,26 m; dai, segue o rumo 89°01'27" NWM e distância 75,00 m; dai, segue o rumo 0° 33' SWM e distância de 88,55 m; dai, segue o rumo 35°10'33" SW e distância de 75,00 m; dai, segue o rumo 54°49'28" SEM e distância de 210,00 m; até o Ribeirão Anicuns. Daí, segue pelo Ribeirão Anicuns, confrontando com o loteamento Boa Vista, até o marco C, daí, em rumo 51°13'18" NE, a 148,39 metros, até o marco D, cravado junto a cerca de arame; daí, em rumo 44°10'33" NE a 443,30 metros, confrontando com o loteamento Boa Vista, até o marco E; daí, em rumo 53°19'36" SW, a 500,84 m, confrontando com loteamento Boa Vista, daí, em rumo 50°05'45" SW 30,21 m, confrontando ainda, com o loteamento Boa Vista, até o marco F; daí, em rumo 32°32'53" a 29 m, até o ponto de partida. O Imóvel era loteado, foi adquirido por compra feita a Joaquim Vieira da Silva e sua mulher, conforme escritura transcrita sob n. 21.665, fls. 117, do livro 3-X deste Registro Imobiliário. As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados, deverão ser apresentadas neste Cartório, dentro do prazo de trinta dias, a contar da terceira e última publicação do presente edital no "Diário da Justiça" do Estado. Findo o prazo, e não havendo impugnação ou dúvida neste Cartório, será efetuada a transcrição do memorial no livro próprio, como determina a lei.

FAZ saber a todos que pelo presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido ou autorizado a ação comunitária em que figura como autora Maria Terezinha Silva contra Conceição Ferreira de Araújo e seu marido se casada for. Comarca de Goiânia — Cartório do 2º Ofício — Juiz da 2a. Vara.

(6-1)

## COMARCA DE GOIÂNIA

EDITAL DE CITAÇÃO de Conceição Ferreira de Araújo e seu marido se casada for. Comarca de Goiânia — Cartório do 2º Ofício — Juiz da 2a. Vara.

### EDITAL COM PRAZO DE 40 DIAS

O Dr. Clenor de Barros Teoli Juiz de Direito da 2a. Vara e termo e Comarca de Colônia Capital do Estado de Goiás na forma da lei, etc.

FAZ saber a todos que pelo presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido ou autorizado a ação comunitária em que figura como autora Maria Terezinha Silva contra Conceição Ferreira de Araújo, que pelo presente edital com o prazo de 40 dias correrá de sua publicação no "Diário Oficial", digo "Diário da Justiça", órgão oficial do Estado, citado referida suplicada Conceição Ferreira de Araújo e seu marido, se casada for, sobre a matéria da petição e despacho a seguir transrito, nos termos da lei, Petição inicial: — "Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Goiânia. Maria Terezinha Silva, brasileira, solteira, maior, filha doméstica, residente a R. Arlindo Teixeira, 627, em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, viu de seu bastante procura digno, bastante procurador (m. j.) advogado que esta subscreve com o critério profissional a Rua 6, 11,

## COMARCA DE JATAÍ

### EDITAL DE NOFICAÇÃO DE TERCEIROS

O Bel. Rubens B. Martins Vieira, Oficial do Registro Geral de Imóveis do Término e Comarca de Jataí, Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

FAZ PÚBLICO que foram apresentados em seu Cartório pelo senhor HELIO RIBEIRO de ALMEIDA e sua mulher D. MARIA APARECIDA DE ALMEIDA, brasileiros, casados, ele fazendeiro e ela de prendas domésticas, residentes e domiciliados nesta cidade, para exame dos interessados, na con-



P-103

de 10 de dezembro de 1937, regulamento pelo Decreto n. 3.079, de 1938, o memorial e os demais documentos e papéis relativos à venda de terrenos em lotes do loteamento denominado "VILA 3 MARIAS", parte da fazenda "Patrimônio da Igreja", à margem da Rodovia BR-31, com as divisas seguintes:

"Começam no marco n. 1 cravado no canto da cerca onde o corredor da estrada carreira, sai na rodovia BR-31; daí, segue pela rodovia BR-31 até o outro canto da cerca de arame, ao completar a distância de trezentos e sessenta metros (360ms), dividindo até aí a faixa da Rodovia BR-31; daí, segue pela divisa dêsse proprietário até a distância de oito metros, onde foi cravado o centro da rua Clarindo Barros; daí, segue com o rumo de sessenta e dois gráus nordeste e vai ter a cerca do corredor da Rodovia Canal São Simão, ao completar a distância de trezentos e vinte e sete metros, dividindo até aí, com este mesmo proprietário; daí, segue pela Rodovia Canal São Simão à esquerda, até o corredor da estrada carreira ao completar a distância de quatrocentos e dezoito metros, dividindo até aí, com o corredor da antiga rodovia Canal São Simão; daí, segue pela cerca que divide com o corredor da estrada carreira até o ponto onde tiveram início estas divisas, ao completar a distância de duzentos e um metros, dividindo até aí, com o corredor da estrada Carreira. Decorridos trinta (30) dias da última publicação do presente edital no "Diário Oficial" do Estado, publicado três vezes, e na ausência de quaisquer impugnações de terceiros ou dêsse Ofício, proceder-se-á ao competente registro de que trata o artigo 2º § 1º daquele decreto. Este edital deverá ser publicado uma vez em um outro jornal qualquer de grande circulação no Estado. Dado e passado nesta cidade de Jataí, aos 2 de dezembro e mil novecentos e sessenta e três (1963). Eu, Rubens B. Martins Vieira — Oficial do Registro de Imóveis, datilografei, subscrevi e assino.

Rubens B. Martins Vieira — Oficial do Registro.

**CERTIDÃO** — Certifico e dou fé de haver afixado uma via do presente edital à Porta do meu Cartório, no Edifício do Forum local, nesta data.

Jataí, 2 de dezembro de 1963.

Rubens B. Martins Vieira — Oficial do Registro de Imóveis.

(3-1)

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 2<sup>a</sup> CIRCUNSCRIÇÃO DA CAPITAL  
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS  
RUA JOSÉ HERMANO, N° 914  
CAMPINAS GOIÂNIA  
WALDIR SAMPAIO, Oficial Substituto do Registro Geral de Imóveis da 2<sup>a</sup> Circunscrição de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, República dos Estados Unidos da América, m. 29 m. até Imóvel era por compra de Silva e escritura fls. 117

tância de 166,35 m; daí, segue o rumo 25°47' NWM e distância de 80,90 m; daí, segue o rumo 26°52' NWM e distância de 28,96 m; daí, segue o rumo 31°40' NWM e distância de 92,90 m, tendo neste trecho, a Estrada Carreira pelo lado esquerdo que serve de divisa com terras do Matinho; daí, defletindo à esquerda, segue o rumo 34°03' NWM e distância de 81,78 m; daí, segue o rumo 24°14' NWM e distância de 35,80 m; daí, segue o rumo 13°03' NWM e distância de 48,58 m; daí, segue o rumo 6°28' NEM e distância de 78,04 m; daí, segue o rumo 20°09' NEM e distância de 25,90 m; daí, segue o rumo 9°48' NWM e distância de 72,40 m; daí, segue o rumo 10°26' NWM e distância de 94,30 m; dividindo neste trecho, com a Vila Capuava; Daí, dividindo com Uras Alves Tavares, segue o rumo 65°44' NEM e distância de 303,60 m; daí, segue o rumo 24°15' 47" NWM e distância de 11,70 m. Daí, dividindo com terras dos proprietários, segue o rumo 62°26'13" NEM e distância de 188,60 m; daí, segue os rumos 78°46'33" NEM, 78°59'33" NE, 81°15'33" NE, 84°10'33" NE e 88°21'33" NEM e distância de 46,50 m, 50,80 m; 181, 10 m; 60,75 m; 63,40 m, dividindo com terras de Francisco Alves Moraes, pelo Espigão Anicuns-Caveiras. Daí, dividindo com os sucessores dos Pes. Redentoristas em rumo 23°39'53" SEM e dist. de 456,00m, pelo eixo da rua da Divisa.

Daí, dividindo com terras dos proprietários, segue o rumo 0°58'33" SWM e distância de 85,00 m; daí, segue o rumo 89°01'27" NWM e distância de 67,50 m; daí, segue o rumo 0°58'33" SEM e distância de 75,00 m; daí, segue o rumo 89°01'27" NWM e distância de 135,00 m; daí, segue o rumo 0°58'33" SWM e distância de 137,50 m; daí, segue o rumo 89°01'27" NWM e distância de 75,00 m; daí, segue o rumo 0°58'33" SWM e distância de 76,26 m; daí, segue o rumo de 89°01'27" NWM e distância de 75,00 m; daí, segue o rumo 0°58'33" SWM e distância de 88,55 m; daí segue o rumo 35°10'32" SWM e distância de 75,00 m; daí, segue o rumo 54°49'28" SEM e distância de 210,00 m; até o Ribeirão Anicuns. Daí, segue pelo Ribeirão acima, até onde teve princípio". Declarados trinta (30) dias da última publicação do presente edital no "Diário Oficial do Estado de Goiás" e ainda em um jornal diário de grande circulação desta Capital, e, na ausência de qualquer impugnação de terceiros ou dêsse Ofício, proceder-se-á ao competente registro de que trata o Artigo 2º § 1º, daquele decreto.

Dado e passado nesta cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e três (25-11-1.963). Waldyr Sampaio, Oficial Substituto.

(3-1)

s/s 9 e 10, em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, para fins do art. 111 do C.P.C.B., vem com o devido respeito e acatamento a presença de V. Exa. propor contra Conceição Ferreira de Araújo, a presente "Ação Cominatória", com fundamento no art. 302, n. XII do C.P.C.B., expondo e requerendo para tanto o seguinte: — E.S.N. P. 1. — Que, a Suplicante adquiriu em pagamentos parciais de Conceição Ferreira de Araújo, brasileira, solteira, maior e capaz, atualmente residente e domiciliada em lugar incerto e não sabido, o lote n. 22, quadra P-66, Rua P-7, com área de 360,00m<sup>2</sup>, medindo e confrontando: — 12,00ms. de frente pela dita rua P-7, com área de, digo rua P-7; idêntica medida nos fundos; 30,00ms. por ambos os lados, dividindo a direita com o lote n. 21 e à esquerda com o lote n. 23, havida por compra feita ao Estado de Goiás, conforme transcrição n. 9.469, do Cartório Sampaio Neto (doc. 2); 2. — Que, o lote é residencial e está situado no Setor Oeste — dos Funcionários, desta Capital, cuja escritura pública de Compromisso de Compra e Venda, foi lavrada no Cartório do 4º Ofício, desta Capital, Livro n. 38, às fls. 143vº/146, em data de 23 de junho de 1958 (doc. citado); 3. — Que, a Suplicante comprou o aludido imóvel pelo preço de Cr\$ 130.000,00 (cento e trinta mil cruzeiros), pagando à vista a importância de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) e o restante, Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) foi pago através de 16 notas promissórias iguais e sucessivas de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), vencida a primeira 23 de julho de 1958 e a última em 23 de outubro de 1959. 4. — Que, determinados títulos foram colocados para cobrança, aliás, descontados e pagos ao Banco Nacional de Minas Gerais S/A, desta Praça (docs. 3 a 21). 5. — Que, após a realização do negócio, a Suplicada que na ocasião era residente e domiciliada nesta Capital, mudou-se para lugar incerto e não sabido, não voltando mais assim de outorgar a competente escritura definitiva; e são decorridos quase 3 (três) anos que foi paga a última prestação sem que o suplicante consiga receber o domínio, embora tenha despendidos esforços neste sentido. Diante do exposto, MM. Dr. Juiz de Direito, requer a V. Excia. a citação por edital da R. por se encontrar em lugar incerto e não sabido, para no prazo legal outorgar a competente escritura definitiva à A. ou contestar a ação que quiser, sob pena de ser concedida adjudicação compulsória do referido imóvel à Autora, conforme preceitua a lei. Protesta provar o alegado por todos os gêneros de provas em direito permitido, notadamente provas testemunhas, juntada de novos documentos, etc. Diga, digo etc. Dá-se a presente o valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil

COMARCA DE GOIANIA  
EDITAL DE LOTEAMENTO"  
Registro de Imóveis da 2a.  
Circunscrição desta Capital  
Cartório do 2º Ofício de Registro  
Geral de Imóveis  
Rua José Hermano, nº 914  
CAMPINAS GOIÂNIA